

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CICLO 2023 – 2026

JUSTIÇA FEDERAL DA 6ª REGIÃO

---



# PREMISSAS USADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1.

Resolução  
325/2020 CNJ

Resolução  
668/2020 CJF

2.

Matriz SWOT  
Análise de  
Ambiente:  
Cenário Interno e  
Externo

3.

Pesquisa  
realizada com o  
quadro de  
pessoal da  
Justiça Federal  
da 6ª Região e  
com o CGER

4.

Benchmarking  
com as 5  
Regiões

# ANÁLISE DE AMBIENTE

## CENÁRIO EXTERNO

### OPORTUNIDADES

- Aumento na colaboração entre órgãos públicos para aperfeiçoar a prestação do serviço público
- Novas Tecnologias



### AMEAÇAS

- Crise econômica e social
- Redução da força de trabalho
- Aumento do número de processos
- Restrição orçamentária




# ANÁLISE DE AMBIENTE

## CENÁRIO INTERNO

### PONTOS FORTES

-  Quadro de pessoal formado por magistrados e servidores qualificados e comprometidos
-  Instalações físicas adequadas.

### PONTOS FRACOS

-  Procedimentos burocratizados
-  Ampliação da Comunicação interna e externa
-  Baixo quadro de servidores na área de Tecnologia da Informação

# MAPA ESTRATÉGICO

## Justiça Federal da 6ª Região

2023

2026



### Missão

Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

### Visão do Futuro

Consolidar-se perante a sociedade como justiça efetiva, transparente e sustentável.

### Valores

Ética, respeito à cidadania e ao ser humano, sustentabilidade, transparência, qualidade, inovação e cooperação.

## Objetivos Estratégicos

### Sociedade

Ampliar e facilitar o acesso à Justiça

Estabelecer parcerias interinstitucionais visando aumentar a qualidade dos serviços prestados

Incentivar a aproximação e melhorar a comunicação com a sociedade

### Processos Internos

Priorizar a digitalização e migração dos processos físicos

Priorizar o desenvolvimento dos sistemas processuais eletrônicos

Readequar a estrutura Judicial das Subseções da Justiça Federal da 6ª Região

Promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social

Agilizar os trâmites administrativos

Desenvolver fluxos de trabalhos para otimizar o andamento dos processos criminais

Aprimorar o controle interno e a transparência dos processos administrativos

Incentivar a cultura da conciliação pré-processual

Instituir a governança da aplicação dos precedentes qualificados do STJ e STF

Internalização da normatização administrativa

Fortalecer a integridade nos procedimentos licitatórios

Estabelecer mecanismos mínimos de gestão operacional

Aprimorar os fluxos das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública

Aprimorar os fluxos procedimentais das ações relativas a benefícios previdenciários e assistenciais

### Aprendizado e Crescimento

Garantir a acurácia dos dados cadastrais e gerenciais de pessoal do 1º e do 2º graus

Implantar mecanismos essenciais de segurança da informação

Fortalecer a segurança de instalações

Oferecer um ambiente saudável de trabalho

Promover a adoção de política de segurança institucional

Otimizar o planejamento da execução orçamentária

Estabelecer mecanismos para a adequada tomada de decisão em relação aos investimentos em TI

Garantir infraestrutura tecnológica suficiente para continuidade da prestação jurisdicional e dos processos de trabalho administrativos críticos

Promover o desenvolvimento profissional

Fortalecimento da relação entre instituições públicas de segurança

ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



# MISSÃO, VISÃO E VALORES

## MISSÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.



## VISÃO DE FUTURO DA JUSTIÇA FEDERAL

Consolidar-se perante a sociedade como justiça efetiva, transparente e sustentável.



## VALORES

- Ética
- Respeito à cidadania e ao ser humano;
- Sustentabilidade
- Transparência
- Qualidade
- Inovação
- Cooperação



# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodesafio

**1 – Garantia dos direitos de Cidadania**

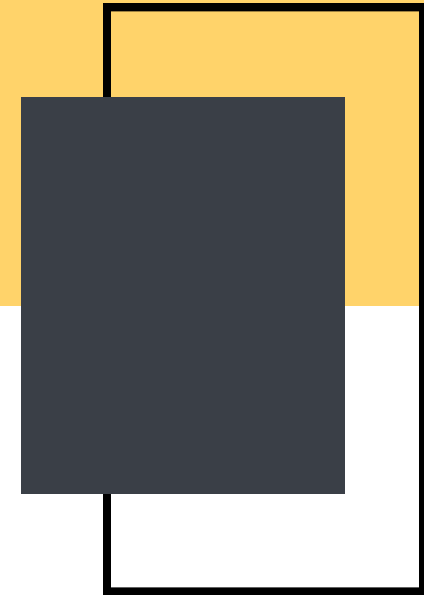
## Objetivos

- 1 – Ampliar e facilitar o acesso à Justiça

## Iniciativas

- Criação de Núcleos de Justiça 4.0
- Criação de Unidade de Atendimento Avançado – UAA

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodessafio

## Objetivos

## Iniciativas

**2 – Fortalecimento da relação institucional da Justiça Federal com a sociedade**

- 1 – Incentivar a aproximação e melhorar a comunicação com a sociedade

- Criação da Central de Atendimento ao usuário
- Execução do Projeto para a melhoria da comunicação interna e externa

- 2 – Estabelecer parcerias interinstitucionais visando aumentar a qualidade dos serviços prestados

- Estabelecimento de Parcerias Interinstitucionais por meio da Rede Nacional de Centros de Inteligência



# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodesafio

## Objetivos

## Iniciativas

### 3 - Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

- 1 - Priorizar a digitalização e migração dos processos físicos
- 2 - Priorizar o desenvolvimento dos sistemas processuais eletrônicos
- 3 - Readequar a estrutura Judicial das Subseções da Justiça Federal da 6ª Região

- Finalizar a Digitalização e migração do Acervo
- Implantação do eproc
- Estudo para readequação das Subseções do Estado

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodesafio

### 4 – Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa

## Objetivos

- 1 – Aprimorar os fluxos das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública
- 2 – Aprimorar o controle interno e a transparência dos processos administrativos
- 3 – Fortalecer a integridade nos procedimentos licitatórios

## Iniciativas

- Criação de mecanismos para viabilizar o cumprimento da meta 4
- Adequar informações do Portal da Transparência
- Implementar a Política de Integridade
- Aperfeiçoar e normatizar o processo de contratações, com foco no aprimoramento da formação de preços e de mecanismos de otimização, como uso de modelos de artefatos e listas de verificação
- Aperfeiçoar e normatizar o processo de gestão contratual, com foco na delimitação dos papéis e na segregação de funções entre gestor e fiscal

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodesafio

**5 – Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos**

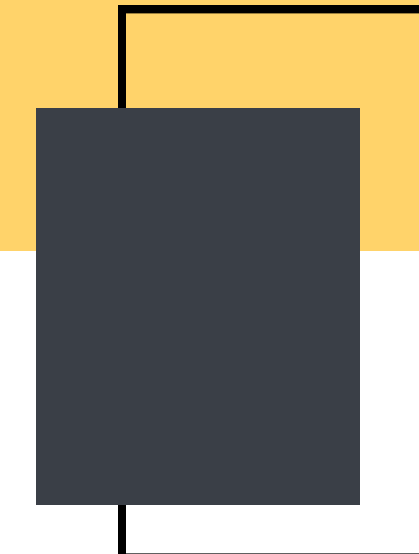
## Objetivos

- 1 – Incentivar a cultura da conciliação pré-processual

## Iniciativas

- Definir fluxos de ações para prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais de conflitos por meio do Centro de Inteligência e da Central de Conciliação

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodessafio

## Objetivos

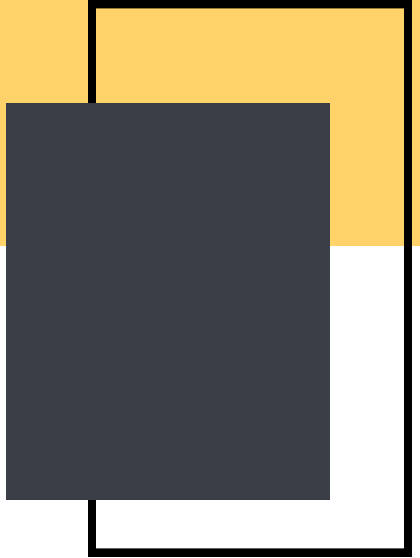
## Iniciativas

**6 – Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios**

- 1 – Instituir a governança da aplicação dos precedentes qualificados do STJ e STF

- Aprimorar a atuação do NUGEPNAC

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodesafio

### 7 – Promoção da sustentabilidade

## Objetivos

- 1 – Promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social

## Iniciativas

- Mandamus: Uma diligência sustentável, segura e eficiente!

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodessafio

### 8 - Aperfeiçoamento da gestão da Justiça Criminal

## Objetivos

- 1 - Desenvolver fluxos de trabalhos para otimizar o andamento dos processos criminais

## Iniciativas

- Regionalização de unidades jurisdicionais em 1º Grau para aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodesafio

## Objetivos

## Iniciativas

**9 – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária**

- 1 – Agilizar os trâmites administrativos

- Mapeamento e Gestão dos processos de trabalho críticos, visando avaliação e otimização
- Aperfeiçoar o processo de gestão e controle patrimonial

- 2 – Estabelecer mecanismos mínimos de gestão operacional

- Definir e implementar um modelo de gestão operacional para as áreas administrativas

- 3 – Internalização da normatização administrativa

- Mapear e criar um cronograma para redação e publicação dos normativos administrativos essenciais ao Tribunal em que ainda estejam utilizando os do TRF1

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodesafio

**10 – Aprimoramento da gestão do acervo de ações relativas a benefícios previdenciários e assistenciais**

## Objetivos

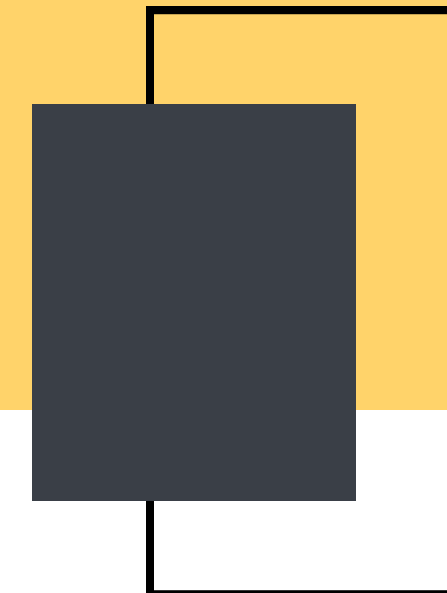
- 1 – Aprimorar os fluxos procedimentais das ações relativas a benefícios previdenciários e assistenciais

## Iniciativas

- Implantação do eproc
- Justiça 4.0



# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodesafio

## Objetivos

## Iniciativas

### 11 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

- 1 - Garantir a acurácia dos dados cadastrais e gerenciais de pessoal do 1º e do 2º graus

- Sanear definitivamente a base de dados do sistema SARH, revisando os fluxos de trabalho
- Assumir o planejamento e o acompanhamento das rubricas referentes às despesas de pessoal

- 2 - Promover o desenvolvimento profissional

- Aperfeiçoar e normatizar o processo de movimentação de pessoal, incluindo a previsão de um processo seletivo para a ocupação de cargos e funções comissionada
- Aperfeiçoar e normatizar o processo de capacitação de servidores com foco no resultado institucional e nas demandas transversais
- Implementar um programa para formação de lideranças que também abranja aspectos técnicos e operacionais de gestão

- 3 - Oferecer um ambiente saudável de trabalho

- Implementar ações de qualidade de vida como o programa permanente com foco na saúde da mulher madura, e o programa setembro amarelo

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodessafio

**12 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira**

## Objetivos

- 1 - Otimizar o planejamento da execução orçamentária

## Iniciativas

- Aperfeiçoar e normatizar o processo de planejamento orçamentário
- Aperfeiçoar o acompanhamento da execução do Planejamento Anual de Contratações – PAC
- Unificar a execução orçamentária e financeira do 1º e do 2º graus, alinhando-a ao conceito de estrutura compartilhada

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodessafio

### 13 – Fortalecimento da estratégia de TIC e de proteção de dados

## Objetivos

- 1 – Garantir infraestrutura tecnológica suficiente para continuidade da prestação jurisdicional e dos processos de trabalho administrativos críticos
- 2 – Estabelecer mecanismos para a adequada tomada de decisão em relação aos investimentos em TI
- 3 – Implantar mecanismos essenciais de segurança da informação

## Iniciativas

- Contratar infraestrutura em nuvem pelo menos para os sistemas judiciais
- Substituir os equipamentos centrais do CPD que estejam com idade avançada
- Normatizar e implementar um modelo de Governança e Gestão de TI
- Normatizar e implementar uma Política de Segurança da Informação

# Objetivos Estratégicos e Carteira de Iniciativas



## Macrodessafio

### 14 – Fortalecimento da segurança e proteção institucional

## Objetivos

- 1 – Fortalecimento da relação entre instituições públicas de segurança
- 2 – Promover a adoção de política de segurança institucional
- 3 – Fortalecer a segurança de instalações

## Iniciativas

- Operacionalizar a área de inteligência e estabelecer parcerias para cooperação com órgãos parceiros
- Operacionalizar a Comissão Permanente de Segurança do TRF6, com foco na definição e na publicação da política de segurança institucional
- Reativar e modernizar os mecanismos de controle de acesso ao Tribunal, incluindo as catracas de portaria, as cancelas de garagem e os instrumentos de identificação de magistrados, servidores, terceirizados e estagiários

# INDICADORES DEFINIDOS PELO GLOSSÁRIO DO CNJ

## 1. Garantia dos direitos fundamentais

- IAJ – Indicador de Acesso à Justiça.

## 2. Fortalecimento da relação institucional da Justiça Federal com a sociedade

- Pesquisa de Avaliação da Justiça Federal;
- Índice de Transparência.

## 3. Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

- Taxa de congestionamento das execuções fiscais;
- TCL – Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais;
- Índice de Atendimento à Demanda;
- Tempo médio de tramitação dos processos pendentes nas fases dentro da Justiça Federal.

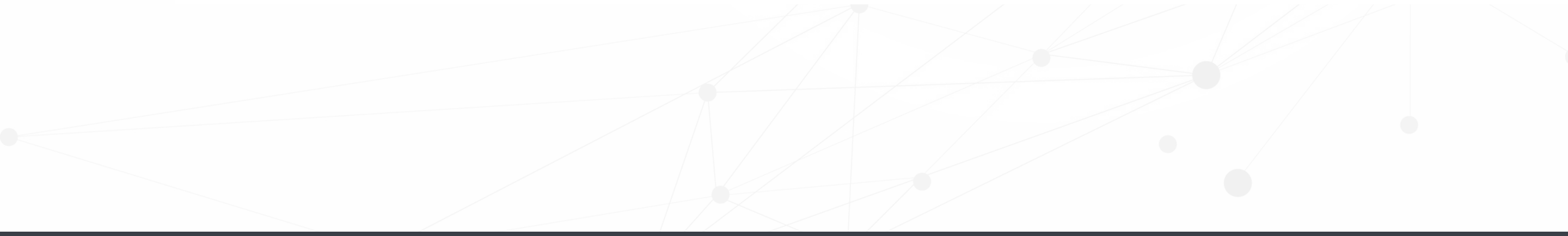
# INDICADORES DEFINIDOS PELO GLOSSÁRIO DO CNJ



## 4. Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa

- Índice de prescrição;
- TpCpICE – Tempo médio dos processos pendentes de improbidade e corrupção;
- Tempo médio de tramitação dos processos administrativos disciplinares.

## 5. Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

- Índice de conciliação;
  - Índice de realização de audiências nos CEJUSCs (audiências realizadas nos CEJUSCs em relação aos casos novos);
  - Índice de casos remetidos para câmara de conciliação/mediação;
  - IC334 – Índice de realização de audiências do art. 334 do CPC.
- 

# INDICADORES DEFINIDOS PELO GLOSSÁRIO DO CNJ

## 6. Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios

- Tempo médio entre o trânsito em julgado do precedente e o trânsito em julgado do processo em que a tese deveria ter sido aplicada;
- Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR;
- Tempo médio entre a afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência – IAC.

## 7. Promoção da sustentabilidade

- IDS – índice de desempenho de sustentabilidade.

## 8. Aperfeiçoamento da gestão da Justiça criminal

- Taxa de encarceramento;
- TpCpCCrim – Tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento;
- TpDecPen – Tempo médio das decisões em execução penal;
- TpPrisProv – Tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios;
- TpPrisProv – Tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios: indica o tempo médio entre o dia da prisão dos presos provisórios e o julgamento em primeira instância.

# INDICADORES DEFINIDOS PELO GLOSSÁRIO DO CNJ



## 9. Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

- Desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”;
- Estágio do órgão em governança institucional.

## 10. Aprimoramento da gestão do acervo de ações relativas a benefícios previdenciários e assistenciais

- Índice de julgamento das ações previdenciárias e assistenciais.

## 11. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

- Índice de absenteísmo/doença;
- PRQV – Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho;
- Índice de capacitação de magistrados;
- Índice de capacitação de servidores.



# INDICADORES DEFINIDOS PELO GLOSSÁRIO DO CNJ

## 12. Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira

- IDOB – Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias;
- IEDD – Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias;
- IEP – Índice de Execução das Dotações para Projetos.

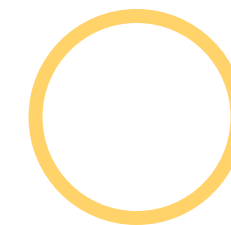
## 13. Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados

- IGovTIC-JUD (indicador da TI) – avalia governança, gestão e infraestrutura de TIC;
- Percentual de casos eletrônicos sobre acervo total.

## 14. Aperfeiçoamento da gestão de segurança institucional

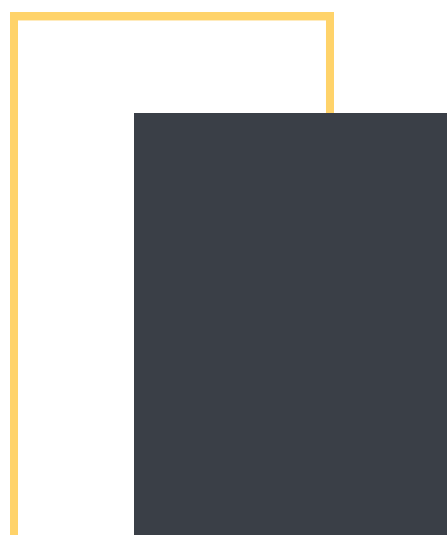
- Não será definido indicador para o primeiro ano do ciclo de planejamento, pois será necessária a edição do Plano de segurança orgânica e do Plano de segurança pessoal.

# METAS JUDICIAIS

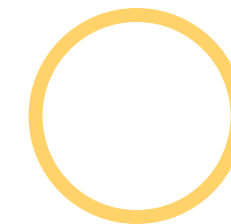


## NACIONAIS

- **Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.
- **Meta 2:** Identificar e julgar até 31/12/2023, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018 e 85% dos processos distribuídos em 2019; e nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2020.
- **Meta 3:** Alcançar o percentual mínimo de 8% no Índice de Conciliação do Justiça em Números.

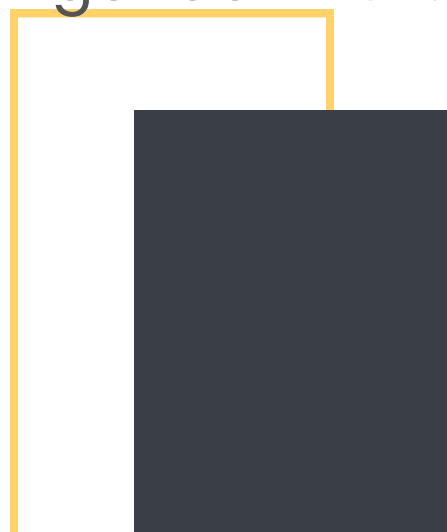


# METAS JUDICIAIS

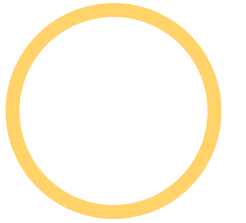


## NACIONAIS

- **Meta 4:** Identificar e julgar até 31/12/2023, FAIXA 1 (TRF2 e TRF4): 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2020. FAIXA 2 (TRF1, TRF3, TRF5 e TRF6): 60% das ações de improbidade administrativa e 70% das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2020.
- **Meta 5:** Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022. Cláusula de barreira: 43%.
- **Meta 9:** Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.

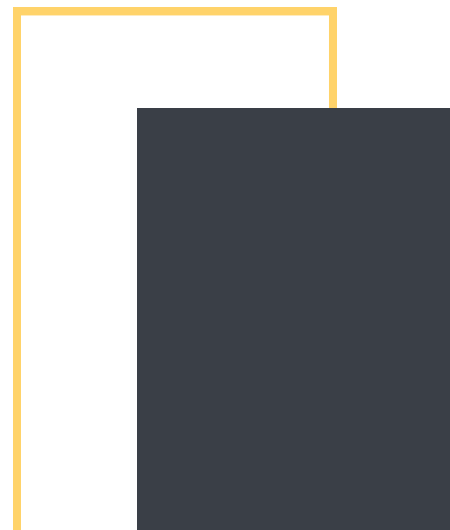


# METAS JUDICIAIS

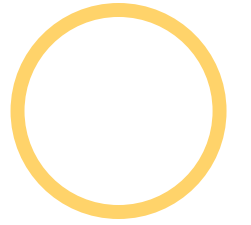


## NACIONAIS

- **Meta 10** – Impulsionar os processos de ações ambientais. Identificar e julgar, até 31/12/2023: FAIXA 1 (TRF1 e TRF6): 20% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022. FAIXA 2 (TRF2, TRF3, TRF4 e TRF5): 30% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental distribuídos até 31/12/2022
- **Meta 11** – Infância e Juventude. Identificar e julgar, até 31/12/2023, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças distribuídos até 31/12/2022, em cada uma das instâncias.

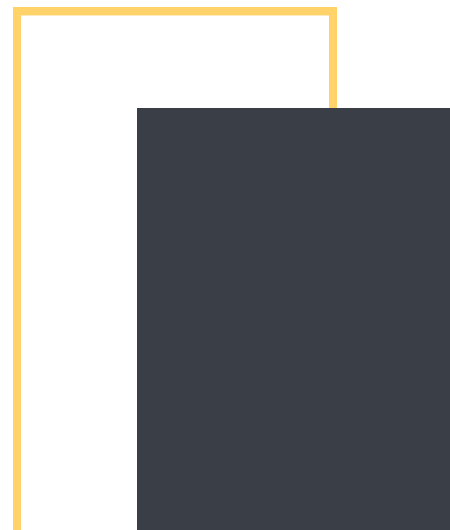


# METAS JUDICIAIS

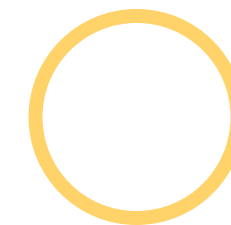


## ESPECÍFICAS

- CRIMINAL A Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.
- CRIMINAL B Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2020.



# METAS JUDICIAIS



## ESPECÍFICAS

- SUSTENTABILIDADE Cumprir 100% das metas dos seis temas do Plano de Logística Sustentável – PLS. (Energia Elétrica, água esgoto, coleta seletiva, papel, contratação pública sustentável e clima).
- SEGURANÇA INSTITUCIONAL Instituir o plano de segurança institucional, considerando aspectos de segurança física, orgânica, de pessoas e de dados.
- ESTABELEECER PROJETO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA OU INTERINSTITUCIONAL PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO, PARA A PREVENÇÃO E A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS. Estabelecer projeto de cooperação judiciária ou interinstitucional com os demais atores do Sistema de Justiça para o fim de aprimoramento da gestão, de prevenção e de solução consensual de conflitos

